

Intenção de construção de porto no Paraná envolve histórico de grilagem, corrupção, abusos públicos e privados e violência contra as pessoas



Foi lançada no último sábado (02), a primeira parte de “[Um porto chamado grilagem](#)”, filme que vai expor os interesses questionáveis e abusivos que estão por trás da intenção de construção de um complexo industrial portuário no município de Pontal do Paraná, no litoral do Estado, em frente à Ilha do Mel.

A Ilha é um Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO e pode ser destruída pelos efeitos da construção e operação do complexo. Todo o litoral do Paraná pode ter a vocação turística, natural e cultural irreversivelmente comprometidas caso a construção se viabilize.

O [primeiro vídeo](#) tem pouco mais de onze minutos e lembra o histórico de grilagem, ou roubo, de terras públicas que se manifesta no Estado do Paraná há décadas e envolve a empresa Balneária Pontal do Sul e o empresário João Carlos Ribeiro, grandes interessados na obra desde a década de 1940.

O filme explica por que as terras – mais de 4.300 mil hectares – onde hoje se pretende construir a chamada “Faixa de Infraestrutura” – o conjunto de obras que viabilizaria e atenderia ao porto privado – são consideradas do Estado do Paraná e, portanto, pertenceriam aos cidadãos paranaenses, [conforme o próprio Ministério Público do Estado já indicou e questionou formalmente](#).

A primeira parte do filme mostra, ainda, por que a ideia de construção desse complexo portuário ganhou força tão expressiva, quanto questionável, durante a gestão do ex-governador do Paraná,

Beto Richa (PSDB) – que [chegou ser preso](#) em 2018 acusado de diversas práticas de corrupção e lesão ao patrimônio público dos paranaenses.

Além disso, relaciona motivos para que a sociedade compreenda que os [R\\$ 369 milhões dos cofres públicos](#) estaduais que podem ser investidos para viabilizar só a primeira etapa da obra privada, poderiam, na verdade, ser direcionados à investimentos que beneficiassem toda a coletividade.

Esse montante poderia ser direcionado para aportes em educação, segurança, saúde e no incremento do turismo na região. Estímulos sérios e expressivos no setor gerariam receitas a moradores e comerciantes o ano inteiro e valorizariam o potencial de uma das regiões mais importantes e valiosas do Brasil e do mundo para a conservação da natureza. Comunidades indígenas e tradicionais – que também seriam expulsas de onde vivem há séculos caso o porto fosse instalado em Pontal – passariam a ser respeitadas, protegidas e teriam seus direitos humanos essenciais assegurados por meio de investimentos em turismo.

“[Um porto chamado grilagem](#)” foi produzido pelo movimento [#SalveAllhaDoMel](#), que reúne mais de 20 instituições nacionais e até internacionais. Todas defendem que o desenvolvimento do litoral do Paraná precisa passar pelo estímulo ao turismo, e não pela construção de um complexo que vai condenar a saúde e qualidade de vida de milhares de pessoas, ocasionar um tremendo inchaço populacional e impor infinitas mazelas sociais típicas de regiões portuárias, como aumento da criminalidade, prostituição – inclusive infantil – violência contra mulheres e crianças, piora da qualidade do ar e propagação de doenças infecciosas, apenas para mencionar alguns poucos exemplos. [Centenas de prejuízos](#) que seriam impostos à região são reconhecidos pelos próprios Estudos e Relatórios de Impacto (EIA/RIMAs) feitos para a Faixa de Infraestrutura e para o porto.

A segunda parte vem aí!

Ainda em novembro de 2019, a parte 2 do documentário vai ser lançada. Ela vai continuar expondo o histórico desonesto que pode agora culminar com a viabilização do complexo industrial portuário no litoral do Paraná, que, apesar de contar com a segunda menor costa do Brasil, atrás somente do Piauí, já conta com outros dois portos: o de Antonina e o de Paranaguá. Ambos são subutilizados. O porto de Paranaguá chega a operar com somente 50% de sua capacidade, conforme indicam análises técnicas elaboradas por entidades do setor e instituições acadêmicas, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo.

A primeira parte do filme pode ser assistida no [canal do Observatório de Justiça e Conservação \(OJC\) no YouTube](#).

<https://www.youtube.com/watch?v=3mwhrySFp5I>

Por meio do [site da campanha](#), a sociedade também pode enviar mensagens ao poder público, pedindo que alternativas de desenvolvimento mais inteligentes e responsáveis para o desenvolvimento do litoral do Estado sejam consideradas pelo governo do Paraná. Mais de 212 mil e-mails já foram enviados.

Para conferir uma lista de motivos para defendermos, com cada vez mais força, por que #TurismoSimPortoNão é o melhor caminho para a saúde do desenvolvimento do litoral, clique [aqui](#).

E para conhecer um projeto alternativo que foi desenvolvido com recursos de um financiamento coletivo lançado pela campanha em defesa do litoral, clique [aqui](#). A iniciativa demonstra que basta boa vontade para considerar soluções que beneficiem a maioria das pessoas e não apenas interessados em lucrar às custas do patrimônio público natural.